

RELATÓRIO DE IMPACTO E RESULTADOS: DIVERS FOR SHARKS NA CMS COP15

Para: Seguidores, Doadores e Contribuintes da Divers for Sharks

Local: Campo Grande, Brasil

Equipe presente: Paulo Pingüim, Drica e Yolanda

1. Contexto Estratégico

A realização da CMS COP15 no Brasil representou um marco diplomático global para a conservação marinha. É imperativo destacar que a conferência foi competentemente conduzida pelo agora Ministro do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco. Esta liderança técnica e diplomática foi um excelente ato do Estado brasileiro, pavimentando o caminho para o diálogo e atuando como um fator decisivo para o sucesso geral dos acordos firmados durante a cúpula.

Para a Divers for Sharks, o fato de a conferência ocorrer em território nacional ofereceu uma vantagem estratégica inestimável. A proximidade física e política nos permitiu intensificar a articulação com as delegações latino-americanas e exercer uma pressão mais direta contra o lobby da indústria pesqueira. A presença da nossa equipe no evento só foi possível graças ao apoio contínuo de nossos contribuintes.

2. Dados Oficiais: Novas Proteções Aprovadas

O esforço técnico e político resultou em vitórias cruciais para espécies de elasmobrânquios altamente ameaçadas, que agora contam com o rigor da lei internacional por meio de sua inclusão nos Apêndices da CMS.

Abaixo, detalhamos as aprovações e seus impactos jurídicos práticos:

Espécie Protegida	Classificação CMS	Impacto Jurídico e Prático
Tubarões-raposa (3 espécies do gênero <i>Alopias</i>)	Apêndice I	Proteção Máxima: Determina a proibição estrita de captura pelos países signatários, tanto em águas nacionais quanto em águas internacionais adjacentes.
Tubarão-martelo-recortado (<i>Sphyrna lewini</i>)	Apêndice I	Proteção Máxima: Obriga as nações a coordenarem esforços internacionais para barrar a sobrepesca, a captura incidental e o comércio de barbatanas.
Tubarão-martelo-grande (<i>Sphyrna mokarran</i>)	Apêndice I	Proteção Máxima: Exige a mitigação imediata de qualquer fator humano que cause mortalidade ao longo de toda a rota migratória da espécie.
Cação-bico-doce (<i>Mustelus schmitti</i>)	Apêndice II	Gestão e Cooperação: Torna obrigatória a criação de acordos de gestão pesqueira e cooperação regional imediata, impactando diretamente Brasil, Uruguai e Argentina.
Tubarões-mangona (<i>Carcharias taurus</i>)	Ações Concertadas	Medidas Coordenadas: Obriga os países signatários a adotarem medidas coordenadas, monitoramento populacional e mitigação de ameaças para barrar o declínio urgente dessas populações de topo de cadeia.

"3. O Revés Político: O Sacrifício do Tubarão-Anjo

Infelizmente, a conservação nem sempre vence o xadrez geopolítico. A maior decepção do evento — e que acompanhamos de perto com muita indignação — foi a retirada da proposta de proteção do tubarão-anjo (*Squatina*). Apesar da vulnerabilidade extrema da espécie, o Brasil recuou e retirou oficialmente a proposta da plenária. Nos bastidores, o motivo foi indigesto: o animal foi usado como moeda de troca. Sua proteção esbarrou em negociações políticas e comerciais delicadas, sacrificada em troca de avanços nas rodadas de acordo do Mercosul. Este episódio serve como um lembrete duro e frustrante de que o ativismo não pode descansar um único segundo, pois a vida da fauna de nossos oceanos ainda é frequentemente tratada como barganha econômica por nossos governantes."

4. Avanços na Proteção de Habitats e Rotas Migratórias

Além da proteção direta aos indivíduos, a COP15 aprovou resoluções estruturais que afetam diretamente as taxas de sobrevivência dos tubarões:

- **Montes Submarinos (Seamounts):** Aprovação de medidas para proteger essas elevações geológicas submersas, que funcionam como estações de alimentação, reprodução e navegação nas rotas migratórias dos tubarões.
- **Controle de Captura Acessória (Bycatch):** Adoção de novas e mais rigorosas diretrizes globais para mitigar a captura incidental, reduzindo a margem da indústria pesqueira para justificar o abate de espécies ameaçadas.
- **Mineração em Águas Profundas:** Reafirmação do princípio da precaução. Foi estabelecido um bloqueio contra atividades de mineração no leito marinho até que seus impactos sobre os ecossistemas profundos sejam integralmente compreendidos.

5. O Impacto da Presença da D4S na Conferência

A representação da sociedade civil altera a dinâmica das negociações. O investimento dos nossos contribuintes em nossa delegação gerou resultados diretos nos bastidores da COP15:

- **Contenção do Lobby Pesqueiro:** Durante as discussões sobre os Tubarões-raposa, o setor pesqueiro tentou barrar a proteção alegando que a inclusão no Apêndice I empurraria a pesca para a ilegalidade. A intervenção técnica e política da D4S, em conjunto com parceiros, desconstruiu essa narrativa, assegurando que o princípio da precaução prevalecesse.
- **Conversão de Campanhas em Ação Diplomática:** A inclusão do Cação-bico-doce no Apêndice II comprova a eficácia das nossas campanhas nacionais (como "Cação é Tubarão" e alertas sobre contaminação). O nível de conscientização pública gerado pela D4S forneceu respaldo político para que a delegação científica brasileira exigisse acordos de proteção transfronteiriços.
- **Monitoramento e Transparência:** Atuamos como fiscais das negociações. Garantimos que os tomadores de decisão soubessem que cada voto estava sendo monitorado e seria reportado à sociedade civil global, impedindo retrocessos silenciosos.

6. O Lançamento do NDF do Tubarão-Azul: Uma Nova Arma Jurídica

Um marco adicional de extrema relevância ocorrido durante os painéis do evento foi o lançamento oficial do Parecer de Não-Detrimento (NDF - *Non-Detriment Finding*) para o Tubarão-azul (*Prionace glauca*). Este documento técnico é um divisor de águas para a conservação, pois estabelece, com base em dados científicos rigorosos, os limites exatos em que a exploração, pesca e comércio internacional desta espécie — hoje uma das mais pescadas e comercializadas globalmente — passam a ameaçar a sua sobrevivência. Para a Divers for Sharks, o NDF do Tubarão-azul não é apenas um relatório acadêmico, mas uma ferramenta política e jurídica inestimável. Com este parâmetro oficial em mãos, a sociedade civil ganha um embasamento inquestionável para cobrar dos governos (incluindo o brasileiro) a implementação de cotas

restritivas severas e a proibição de exportações que ultrapassem os limites da sustentabilidade, forçando a indústria pesqueira a responder por seus impactos com base em limites agora documentados internacionalmente.

7. Side Event "Tubarões no Limite": Liderança e Coalizão da Sociedade Civil

Para ampliar o impacto político para além das plenárias oficiais, a Divers for Sharks organizou e liderou o *side event* (evento paralelo) estratégico intitulado "**Tubarões no Limite**", realizado no espaço da Casa do Homem Pantaneiro, durante a COP15. Este encontro presencial foi fundamental para retirar o debate das amarras burocráticas e trazer a urgência da crise de extinção para o centro das atenções públicas e midiáticas.

O evento marcou a consolidação de uma frente unida da sociedade civil, reunindo forças de peso da conservação ambiental em um mesmo painel: atuamos lado a lado com a **Sea Shepherd Brasil**, a **Rede Pró UC** e a **SOS Oceanos**. A realização deste encontro alinhou nossas estratégias de incidência política (advocacy) e enviou uma mensagem irrefutável aos tomadores de decisão presentes na conferência: a luta pela proteção dos tubarões e raias no Brasil e no mundo não é um esforço isolado, mas sim o pleito de uma coalizão robusta, organizada e de alto impacto. Para os nossos contribuintes, o sucesso do "Tubarões no Limite" é a prova prática da nossa capacidade de mobilizar parcerias estratégicas e liderar o debate ambiental nas mais importantes esferas globais.

Próximos Passos

As aprovações na ONU nos conferem as ferramentas jurídicas necessárias, mas não encerram o trabalho. O foco estratégico da Divers for Sharks agora se volta para a fiscalização da internalização dessas regras. Exigiremos que o governo brasileiro transforme essas decisões internacionais em normativas nacionais rigorosas e garanta a fiscalização nos portos e águas jurisdicionais.

Agradecemos a todos que financiaram, compartilharam e apoiaram esta missão. Os resultados em Campo Grande provam que a pressão coordenada salva espécies da extinção.